Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 21 de setembro de 2021.
MILTON LEITE, Presidente
Publicado na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 21 de setembro de 2021.

BRENO GANDELMAN, Secretário Geral Parlamentar

RESOLUÇÃO Nº 7 DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

**(PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/21)
(VEREADORES RINALDI DIGILIO – PSL E FARIA DE SÁ – PP)**

Institui a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com objetivo de defender e garantir as políticas em favor das pessoas com autismo no Município de São Paulo.

§ 1º A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista terá caráter suprapartidário, tendo por objetivo reunir todos os parlamentares desta Casa comprometidos em proteger os direitos e propor melhorias para as pessoas autistas.

§ 2º A Frente Parlamentar é criada em caráter temporário e se extinguirá com o término desta legislação.

Art. 2º A adesão à Frente Parlamentar será facultada a todos os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e reger-se-á por regulamento próprio, elaborado e aprovado por seus membros.

Art. 3º A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na consecução de seus objetivos, poderá atuar em conjunto com órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer esfera de Governo, bem como com organizações da sociedade civil.

Art. 4º As reuniões da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, realizadas periodicamente nas datas e locais estabelecidos por seus integrantes, deverá facultar direito de fala aos cidadãos, especialistas da área, pesquisadores e organizações que tenham o mesmo objetivo e que se fizerem presentes às suas reuniões ordinárias, mediante critérios e normas a serem estabelecidos.

Art. 5º Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados por um Presidente e um Vice-Presidente que terão mandato de 2 (dois) anos e serão escolhidos mediante aprovação da maioria absoluta de seus aderentes.

Art. 6º Serão produzidos relatórios das atividades da Frente Parlamentar, com sumário das conclusões das reuniões, simpósios, debates, seminários, estudos, visitas de campo ou encontros, para divulgação ampla na sociedade.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Paulo, 21 de setembro de 2021.
MILTON LEITE, Presidente
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 21 de setembro de 2021.

BRENO GANDELMAN, Secretário Geral Parlamentar

RESOLUÇÃO Nº 8 DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

**(PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/21)
(VEREADORES SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – PSOL, ADILSON AMADEU – DEMOCRATAS, ALESSANDRO GUEDES – PT, ANTONIO DONATO – PT, ATÍLIO FRANCISCO – REPUBLICANOS, CARLOS BEZERRA JR. – PSDB, CELSO GIANNAZI – PSOL, CRIS MONTEIRO – NOVO, EDIR SALES – PSD, ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – PSOL, ELI CORRÊA – DEMOCRATAS, ERIKA HILTON – PSOL, FELIPE BECARI – PSD, JAIR TATTO – PT, JULIANA CARDOSO – PT, LUANA ALVES – PSOL, PAULO FRANGE – PTB, PROFESSOR TONINHO VESPOLI – PSOL, RENATA FALZONI – PV, SANDRA TADEU – DEMOCRATAS, SANSÃO PEREIRA – REPUBLICANOS, SENIVAL MOURA – PT E XEXÉU TRIPOLI – PSDB)**

Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar Ambientalista.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO resolve:

Art. 1º Fica instituída a Frente Parlamentar Ambientalista no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo com o objetivo de fomentar a integração dos processos urbanos de ordenamento territorial com os processos ecossistêmicos de maneira harmoniosa, proporcionando assim benefícios ambientais, sociais, culturais e econômicos, bem como aprofundar a discussão no âmbito do Legislativo sobre os seguintes temas:

- I - áreas protegidas, unidades de conservação, parques urbanos e áreas verdes;
- II - mananciais e nascentes, recursos hídricos e abastecimento de água;
- III - educação ambiental e sanitária de forma interdisciplinar;
- IV - segurança e soberania alimentar e nutricional, agroecologia urbana e práticas ecológicas;
- V - resíduos sólidos, compostagem e fortalecimento das associações e cooperativas de catadores;
- VI - plano municipal de mudanças climáticas, redução de emissão de carbono e energias renováveis;
- VII - defesa dos direitos territoriais e reconhecimento de povos e comunidades tradicionais;
- VIII - um olhar sistêmico e transdisciplinar do orçamento sob a perspectiva da economia ecológica e solidária, entre outros temas;
- IX - articulação metropolitana para pensar temas ambientais intermunicipais.

Art. 2º A adesão à Frente Parlamentar Ambientalista fica facultada a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, e será formalizada em Termo de Adesão próprio, publicado no Diário Oficial.

Parágrafo único. Além da participação dos parlamentares, como membros efetivos, também será permitida a participação, na condição de convidados, de representantes de entidades, do Poder Público, representações de classe, movimentos sociais, de grupos organizados, além de profissionais, estudantes e pesquisadores envolvidos com o objetivo da Frente Parlamentar.

Art. 3º As reuniões da Frente Parlamentar Ambientalista serão públicas, na sede da Câmara Municipal de São Paulo ou em outro local, realizadas periodicamente nas datas e nos locais estabelecidos por seus membros e divulgados com antecedência.

Art. 4º Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados pela Vereadora proponente, um(a) Vice-Presidente e um(a) Secretário(a), que serão escolhidos mediante aprovação da maioria absoluta dos seus componentes.

Parágrafo único. Na primeira reunião da Frente Parlamentar será aprovado o Regimento Interno em que devem constar, no mínimo:

- I - prazo de funcionamento;
- II - duração do mandato da Presidente, Vice-Presidente e Secretário(a);
- III - objetivos;
- IV - relação de membros efetivos.

Art. 5º A Frente Parlamentar Ambientalista produzirá relatórios nos quais apresentará a síntese de suas atividades, conclusões, podendo organizar encontros e realizar cursos, seminários e congressos para divulgar seus trabalhos, fomentar a discussão dos temas tratados, ampliar a participação da sociedade e promover políticas públicas para o nosso município.

Art. 6º A Frente Parlamentar Ambientalista extinguir-se-á ao término da legislatura em vigor.

Art. 7º A Câmara Municipal de São Paulo disponibilizará os meios adequados para o funcionamento e para a divulgação das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar.

Art. 8º As despesas resultantes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 15 de setembro de 2021.
MILTON LEITE, Presidente
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 15 de setembro de 2021.

BRENO GANDELMAN, Secretário Geral Parlamentar

AGENDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DIA 25 DE SETEMBRO DE 2021 – SÁBADO 09:00 – 17:00 8º Fórum Virtual sobre Cannabis Medicinal Auditório Prestes Maia - 1º andar Roberto Tripoli - PV
DIA 27 DE SETEMBRO DE 2021 – SEGUNDA-FEIRA 11:00 Audiência Pública Virtual da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes Tema: " PL 47/2021 - São Paulo é Solo Preto e Indígena" Auditório Virtual Eliseu Gabriel - PSB

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro João Antônio

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIAS DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Port. 477/2021 – Designando Rafael Rocha Lins, reg. TC 20.248, para substituir Adriano Pinheiro Bezerra de Menezes na Função Gratificada de Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 9, FG-4, constante do Anexo IV, Tabela "A", da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, a partir de 21.9.2021.

Port. 478/2021 – Designando Ricardo Aoi, reg. TC 871, para substituir Marcos Alexandre Timóteo da Costa na Função Gratificada de Supervisor de Serviços Operacionais, FG-1, constante do Anexo IV, Tabela "A", da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 14.706/2008, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 13.10.2021.

Port. 479/2021 – Designando Rafael Valverde Arantes, reg. TC 20.267, para substituir Lucy Aparecida Dantas Mineiro na Função Gratificada de Coordenador Chefe de Fiscalização e Controle IV, FG-5, constante do Anexo IV, Tabela "A", da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, a partir de 13.10.2021.

Port. 480/2021 – Designando Rosângela de Jesus Barros, reg. func. 681.995, para substituir Adriano Cremonesi no cargo de Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTCC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, a partir de 20.9.2021.

Port. 481/2021 – Designando Mariana Mendes Cruz Ferreira, reg. TC 20.228, para substituir Rafael Valverde Arantes na Função Gratificada de Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 7, FG-4, constante do Anexo IV, Tabela "A", da Lei 13.877/2004, por estar substituindo em outra função gratificada, a partir de 13.10.2021.

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

ADICIONAIS – INDEFERIDO
e-TCM 13724/2021– DESPACHO: “À vista das informações constantes nos autos, bem como a manifestação da D.AJCE à peça 3, indefiro o pedido de adicional correspondente ao 2º quinquênio, formulado pela servidora CAMILA ALEXANDRA MAJER BALDRESCA, reg.TC 20.310, Agente de Fiscalização, vencimento básico QTC-18, atualmente exercendo a Função Gratificada de Supervisor de Equipes de Fiscalização e Controle 2, completaria o 2º quinquênio em 07.01.2021, entretanto com a edição da Lei Complementar nº 173 de 27.05.2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e alteração na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, e ainda, com o parecer elaborado pela D.AJCE (doc. 3), o período compreendido entre a publicação da citada lei em 28.05.2020 e até 31.12.2021, não poderá ser computado como período aquisitivo exclusivamente para concessão de adicionais por tempo de serviço e sexta-parte.”
ABONO DE FALTAS POR MOTIVO DE NOJO – DEFERIDO
e-TCM 13968/2021 – Lia Yoshie Yamada Toda.

PAUTA

PAUTA

DA 3.174ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, A REALIZAR-SE NO DIA 29/9/2021, ÀS 9h30min, POR SISTEMA ELETRÔNICO DE VIDEONFERÊNCIA, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO N.º 06/2020, E RESPALDO NO DECRETO MUNICIPAL N.º 59.283, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

- I -
- O R D E M D O D I A
- I I -
- J U L G A M E N T O S
- I - RELATOR CONSELHEIRO MAURICIO FARIA
- REVISOR CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI
- 1)TC 6.471/2018 - Secretaria Municipal da Saúde - Acompanhamento - Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico 232/2018-SMS.G, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de tiras reagentes para monitorização de glicose no sangue, para uso domiciliar e hospitalar, com fornecimento de glicosímetros em comodato, quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito (FHMC) (Processo Digitalizado) (Itens englobados - 1 a 3)
- 2)TC 11.069/2018 - Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde Ltda. - J&J - Secretaria Municipal da Saúde - Representação interposta em face do edital de Pregão Eletrônico 232/2018-SMS.G, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de tiras reagentes para monitorização de glicose no sangue, para uso domiciliar e hospitalar, com

fornecimento de glicosímetros em comodato (FCCF) (Processo Eletrônico)

(Itens englobados - 1 a 3)

3)TC 18.406/2019 - Indústria Química do Estado de Goiás S.A. - Iquego - Secretaria Municipal da Saúde - Representação interposta em face do edital de Pregão Eletrônico 232/2018-SMS.G, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de tiras reagentes para monitorização de glicose no sangue, para uso domiciliar e hospitalar, com fornecimento de glicosímetros em comodato (FCCF) (Processo Eletrônico)

(Itens englobados - 1 a 3)

4)TC 11.241/2020 - Vereador Celso Giannazi (Câmara Municipal de São Paulo) - Secretaria Municipal de Educação - Representação interposta em face de supostas irregularidades na edição da Portaria n.º 5.460/2020, que extingue, a partir de 01/01/2021, os módulos de Auxiliar Técnico de Educação dos órgãos regionais e centrais da Secretaria, instituídos pela Portaria SME n.º 5.980/2016 (FCCF) (Processo Eletrônico)

5)TC 1.782/2021 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Acompanhamento - Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico 01/Smads/2021, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento mensal de cestas básicas de suprimento alimentar destinadas à população em situação de extrema vulnerabilidade, vítimas de calamidade pública em razão da pandemia por Coronavírus - Covid 19, quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito (FHMC) (Processo Eletrônico)

II - RELATOR CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI
REVISOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

1)TC 439/2021 - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - Prodam-SP S.A. - Acompanhamento - Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico 01.001/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de solução de infraestrutura computacional hiperconvergente como serviço, contemplando hardware e suporte técnico para atualização tecnológica do ambiente de datacenter corporativo, por 60 meses, quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito (FHMC) (Processo Eletrônico)

III - RELATOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDUARDO TUMA

A - REVISOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

1)TC 9.972/2018 - Flávia Amorim Maia - Secretaria Municipal de Cultura/Centro Cultural Tendal da Lapa - CCTL - Denúncia sobre supostas irregularidades em contratações de shows e gastos com eventos - Inspeção para apurar as contratações de Luiza Possi e de Guilherme Teixeira (The Soul Session), bem como o montante de gastos despendidos com eventos no Centro Cultural (JT) (Processo Eletrônico)

2)TC 3.582/2017 - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - Prodam-SP S.A. - Acompanhamento - Verificar a regularidade do edital do Pregão Eletrônico 5.003/2017, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de microcomputador (desktop), tipos I, II, III e IV para a Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo, quanto aos aspectos de legalidade, formalidade e mérito (FCCF) (Processo Digitalizado)

B - REVISOR CONSELHEIRO MAURICIO FARIA

3)TC 19.734/2019 - Mediar Emergências Médicas São Paulo Ltda. - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste/Secretaria Municipal da Saúde - Representação interposta em face do edital do Pregão Eletrônico 44/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de remoção de pacientes por meio de ambulâncias (CAV) (Processo Eletrônico)

(Tramita em conjunto com o TC 3.933/2020) (Itens englobados - 3 e 4)

4)TC 3.933/2020 - Dez Serviços e Emergências Ltda. - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste/Secretaria Municipal da Saúde - Representação interposta em face do edital do Pregão Eletrônico 44/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de remoção de pacientes por meio de ambulâncias (RSB) (Processo Eletrônico)

(Tramita em conjunto com o TC 19.734/2019) (Itens englobados - 3 e 4)

5)TC 18.111/2019 - Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde - Auditoria Programada - Verificar se os métodos adotados na gestão da fila de espera da "Agenda Regulada" possibilitam aos usuários o acesso às vagas de consultas médicas especializadas, exames de apoio diagnóstico e especialidades cirúrgicas de forma adequada - PAF 2019 (CAV) (Processo Eletrônico)

IV - RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO RICARDO PANATO

REVISOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDUARDO TUMA

1)TC 3.594/2007 - Recursos "ex-offício", da Procuradoria da Fazenda Municipal e da Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - Capasol, interpostos em face da r. Decisão da 1ª Câmara de 26/3/2014 - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - Convênio 14/2007/SEPP - Implementação do Projeto Fortalecendo a Rede de Proteção Integral Direitos da Criança e do Adolescente, cujo escopo é contribuir para o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, através de ações de capacitação gerencial e da implantação de um sistema informatizado de monitoramento e avaliação de projetos para 62 profissionais, que estão compreendidos em 48 gestores e técnicos de 24 organizações sociais da região, 8 conselheiros tutelares e 6 técnicos e conselheiros do CMDCA, de forma a promover inclusão social e educacional nas proximidades das Subprefeituras: Guaianases, Itaim Paulista e São Miguel Paulista (CAV) (Processo Digitalizado) (Destaque na 22ª SONP) (Tramita em conjunto com o TC 3.538/2007) (Itens englobados - 1 e 2)

2)TC 3.538/2007 - Recursos "ex officio", da Procuradoria da Fazenda Municipal e da Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - Capasol interpostos em face da r. Decisão da 1ª Câmara de 26/3/2014 - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - Verificar se o Convênio 14/2007/SEPP, cujo objeto é a implementação do Projeto Fortalecendo a Rede de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo escopo é contribuir para o fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, através de ações de capacitação gerencial e da implantação de um sistema informatizado de monitoramento e avaliação de projetos para 62 profissionais, que estão compreendidos em 48 gestores e técnicos de 24 organizações sociais da região, 8 conselheiros tutelares e 6 técnicos e conselheiros do CMDCA, de forma a promover inclusão social e educacional nas proximidades das Subprefeituras: Guaianases, Itaim Paulista e São Miguel Paulista, está sendo executado conforme o pactuado (FCCF) (Processo Digitalizado) (Destaque na 22ª SONP)

(Tramita em conjunto com o TC 3.594/2007) (Itens englobados - 1 e 2)

3)TC 1.292/2012 - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e CR5 Brasil Segurança Ltda. - Pregão Presencial 65/SVMA/2010 - Contrato 53/SVMA/2010 R\$ 8.134.711,20 - TAs 37/SVMA/2011 (readequação de objeto sem alteração de valor) e 09/SVMA/2012 (prorrogação de prazo) - Prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada, por meio de postos fixos, postos com uso de motocicletas e ronda móvel para os Parques Lineares Municipais existentes e para áreas desapropriadas para a implantação de parques lineares (CAV) (Processo Digitalizado)

Total Geral dos Contratos:R\$ 8.134.711,20

PAUTA

DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA NÃO PRESENCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NOS TER-

MOS DO ART.153-A DO REGIMENTO INTERNO DO TCMSP, CUJA ABERTURA ESTÁ DESIGNADA PARA O DIA 05/10/2021 E O ENCERRAMENTO PREVISTO PARA 15 DIAS CORRIDOS (20/10/2021). APLICAM-SE, NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES DA RESOLUÇÃO N.º 07/2019 E DA INSTRUÇÃO N.º 01/2019.

- I -

O R D E M D O D I A

- I I -

J U L G A M E N T O S
PROCESSOS DA 1ª CÂMARA
PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

I - RELATOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

1)TC 2.585/2004 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho) e SKS Transportes Ltda. - Acompanhamento - Execução Contratual - Verificar se o Contrato 07/2003/SDTS, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos, com fornecimento de motorista, equipamento de comunicação móvel para localização dos mesmos quando em trânsito, combustível e assistência técnica, está sendo realizado conforme as cláusulas contratuais (CAV)

2)TC 3.327/2013 - Companhia de Engenharia de Tráfego e Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda. - Pregão Presencial 06/2012 - Ata de RP 03/2012 - Contrato 66/2013 R\$ 1.011.768/14 - Execução de serviços, com correspondente fornecimento de materiais, atinentes à implantação de sinalização horizontal, vertical, defensas metálicas, gradis e limpeza de placas (FHMC)

(Tramita em conjunto com o TC 3.989/2013) (Itens englobados - 2 e 3)

3)TC 3.989/2013 - Companhia de Engenharia de Tráfego e Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda. - Acompanhamento - Execução Contratual - Verificar se o Contrato 66/2013, cujo objeto é a execução de serviços, com correspondente fornecimento de materiais, atinentes à implantação de sinalização horizontal, vertical, defensas metálicas, gradis e limpeza de placas, está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste (FHMC)

(Tramita em conjunto com o TC 3.327/2013) (Itens englobados - 2 e 3)

4)TC 1.055/2015 - Prefeitura Regional Butantã (atual Subprefeitura Butantã) - Coutinho & Ferreira Serviços e Transporte - ME - Pregão Presencial 17/SP-BT/2007 - Contrato 71/SP-BT/2007 R\$ 658.284,00 - TAs 51/SP-BT/SF/2008 R\$ 2.379,75 (acréscimo de valor), 04/SP-BT/SF/2009 R\$ 667.852,92 (prorrogação de prazo), 35/SP-BT/SF/2009 (renegociação contratual), 51/SP-BT/SF/2009 (alteração contratual), 01/SP-BT/SF/2010 R\$ 119.747,60 (prorrogação de prazo), 11/SP-BT/SF/2010 R\$ 61.951,00 (prorrogação de prazo), 15/SP-BT/SF/2010 R\$ 294.988,52 (prorrogação de prazo), 43/SP-BT/SF/2010 R\$ 221.654,40 (prorrogação de prazo e acréscimo de objeto), 19/SP-BT/SF/2010 R\$ 627.656,37 (prorrogação de prazo e acréscimo de objeto), 22/SP-BT/SF/2011 (prorrogação de prazo e redução de objeto), 05/SP-BT/SF/2012 R\$ 793.404,04 (prorrogação de prazo e acréscimo de objeto), 22/SP-BT/SF/2012 (reajuste contratual), 44/SP-BT/SF/2013 R\$ 864.490,26 (prorrogação de prazo), 41/SP-BT/SF/2013 R\$ 144.775,51 (renegociação contratual) e 50/SP-BT/SF/2013 (alteração de objeto) - Execução Contábil e Financeira - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte com veículo, motorista e combustível, de quilometragem livre (FCCF)

II - RELATOR CONSELHEIRO MAURICIO FARIA

1)TC 3.407/2018 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana - Convênio 570/Smads/2013 R\$ 2.773.152,96 - TAs 01/2014 R\$ 246.564,90 (alteração de objeto), 02/2014 R\$ 60.271,42 (retificação da vigência do TA 01/2014 e alteração do objeto), 03/2014 R\$ 123.282,45 (alteração do objeto), 01/2015 R\$ 278.408,87 (alteração de objeto, conclusão dos trabalhos do Projeto de Braços Abertos e adequação de valor), 02/2015 R\$ 4.445.111,88 (prorrogação de prazo), 03/2015 R\$ 291.805,71 (red. R\$ 553.272,33 - redução de valor), 01/2016 (redução de valor) - Prestação dos serviços denominados Serviço Especializado de Abordagem às Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua (CJG)

2)TC 3.882/2018 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana - Convênio 42/Smads/2014 R\$ 2.759.991,60 - TAs 01/2015 R\$ 154.598,58 (alteração de endereço e de valor), 02/2015 (red. de R\$ 48.327,29 - redução de valor) e 01/2016 R\$ 4.155.495,65 (prorrogação de prazo) - Prestação do serviço denominado de Serviço Especializado de Abordagem aos Adultos em Situação de Rua (FHMC) (Processo Digitalizado)

III - RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO RICARDO PANATO

(Sem processos para relatar)
PROCESSOS DA 2ª CÂMARA
PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

I - RELATOR CONSELHEIRO DOMINGOS DISSEI

1)TC 3.088/2016 - Subprefeitura Butantã e Florestana Paisagismo Construções e Serviços Ltda. - Acompanhamento - Execução Contratual - Verificar se o Contrato 03/SP-BT/SF/2012, cujo objeto é a prestação de serviços de conservação de áreas urbanizadas/ajardinadas/praguejadas e em seu entorno, através de 04 (quatro) equipes, está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste (JT) (Processo Digitalizado) (Apensado o TC 1.764/2016)

II - RELATOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDUARDO TUMA

(Sem processos para relatar)
PROCESSOS DO PLENO

I - RELATOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO BRAGUIM

REVISOR CONSELHEIRO CORREGEDOR EDUARDO TUMA
1)TC 2.845/2003 - Recurso "ex officio" interposto em face da r. Decisão da 1ª Câmara de 31/10/2018 - Subprefeitura Ermelino Matarazzo e Diretório de Arquitetura e Computação Gráfica S.C. Ltda. - Convite 14/SMS/SP-EM/2002 - Contrato 14/SP-EM/2002 - TA 05/SP-EM/2003 - Serviços técnicos para elaboração do Plano Diretor Regional da Subprefeitura (JT)

2)TC 2.159/2013 - Sindicato das Cooperativas de Transporte do Estado de São Paulo - Sindicato Patronal Sindicoop - Subprefeitura Sé - Representação interposta em face do Processo Administrativo 2011-0.190.855.2, cujo objeto é a locação de um caminhão guincho tipo plataforma, com motorista e combustível (CAV)

(Itens englobados - 2 e 3)

3)TC 950/2014 - Sindicato das Cooperativas de Transporte do Estado de São Paulo - Sindicato Patronal Sindicoop - Subprefeitura da Sé e Sersil Transportes Ltda. - Denúncia em face da locação de um caminhão guincho tipo plataforma, com motorista e combustível - Inspeção para apurar a denúncia do Sindicato Patronal Sindicoop quanto a supostos pagamentos irregulares (CAV)

(Itens englobados - 2 e 3)

4)TC 1.768/2013 - Secretaria Municipal de Educação e Nyr Confecções Ltda. - Pregão Presencial 30/SME/2012 - Contrato 1